



**PLANO
ANUAL
DE
AÇÕES EDUCACIONAIS**

**1ª versão
2019**

Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Excelentíssimos Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

A Escola de Contas Públicas à qual compete, por força do art. 41 do RITCEES, promover ações de capacitação e desenvolvimento para o público interno e externo, de forma a contribuir para a efetividade do exercício do controle externo, submete para apreciação plenária, em conformidade com o Inciso V do artigo 428 do RITCEES, a proposta do plano anual de ações educacionais para o exercício de 2019.

Vitória, 07 de março de 2019.

Fábio Vargas Souza
Secretário da Escola de Contas Públicas

SUMÁRIO

1. PÚBLICO INTERNO	4
1.1 AÇÕES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS PARA SERVIDORES (ÁREA TÉCNICA).....	4
1.2 AÇÕES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS PARA SERVIDORES (ÁREA ADMINISTRATIVA)	9
1.3 AÇÕES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS PARA SERVIDORES, TERCEIRIZADOS E ESTAGIÁRIOS (PROPOSTAS PELA OUVIDORIA)	11
1.4 PROJETOS ESPECIAIS.....	12
1.4.1 Parcerias com Programas de Pós-Graduação Strito sensu	12
1.4.2 Parcerias com Programas de Pós-Graduação Strito sensu	12
1.4.3 Oficina do Conhecimento	13
1.5 AÇÕES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS PARA ESTAGIÁRIOS.....	13
2. PÚBLICO EXTERNO.....	14
2.1 PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO TÉCNICA PARA JURISDICIONADOS.....	14
2.2 CURSOS ESPECÍFICOS PROPOSTOS PELA OUVIDORIA	15
3. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD).....	17
3.1 CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS A DISTÂNCIA.....	17
3.2 OFERTAS DE CURSOS A DISTÂNCIA	18

APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Ações Educacionais (PAAE) para o exercício de 2019 contempla as ações necessárias para atender às demandas de capacitação do corpo funcional desta Corte de Contas e também do público externo, que engloba, além dos servidores dos órgãos jurisdicionados, qualquer cidadão. Este plano é uma das peças institucionais que compõe o sistema de planejamento, sendo a etapa na qual o Tribunal define os temas das ações educacionais, vinculadas ao planejamento estratégico da instituição. Assim, na escala do planejamento, o PAAE se apresenta como o plano tático, ou seja, é o instrumento direcionador para a execução das ações educacionais necessárias para o exercício de 2019, que serão posteriormente detalhadas no plano operacional. O plano operacional, último nível de planejamento, contemplará as definições de cada ação educacional destacando, a solução educacional encontrada, os recursos necessários para a sua implementação e cronograma de execução. Fica, também, a Escola de Contas Públicas autorizada a promover as alterações que porventura venham a ocorrer no plano operacional a fim de dar fiel cumprimento às diretrizes e ações delineadas nos planos tático e estratégico.

1. PÚBLICO INTERNO

1.1 AÇÕES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS PARA SERVIDORES (ÁREA TÉCNICA)

Programa de Formação em Auditoria em Saúde – Módulo III

Objetivo: Capacitar os auditores da área de fiscalização em saúde desenvolvendo as competências técnicas necessárias para o desenvolvimento de auditoria em serviços e sistemas de saúde

Carga Horária: 30 horas

Formato: Presencial

Principais tópicos: o processo de Auditoria na Saúde; Planejamento de Auditorias: Auditorias Analíticas e Operacionais; Auditoria das Ações e Serviços de Saúde: Serviços Ambulatoriais; Auditoria das ações e Serviços de Saúde: Serviços Hospitalares; Auditoria de Recursos Financeiros - (Transversal as demais); Relatórios de Auditoria e Acompanhamento das Recomendações das Auditorias; Políticas Públicas na Saúde ; Sistema de Saúde Brasileiro: Evolução da Saúde Pública no Brasil; Sistema de Saúde Brasileiro: Conceitos, Concepções e Arcabouço Legal e Histórico das Normas Operacionais: NOB e NOAS; Organização da Atenção à Saúde e o Pacto pela Saúde (Decreto Federal 7.508/11); Bioestatística; Epidemiologia, Vigilância e Promoção da Saúde: Vigilância Epidemiológica; Vigilância Sanitária; Vigilância Ambiental Instrumentos Básicos de Planejamento e Gestão em Saúde ; Financiamento do SUS; Monitoramento e Avaliação ; Gestão Orçamentária e Financeira em Saúde; Regulação em Saúde: de Sistemas e do Acesso; Regulação em Saúde: da Atenção (Primária e Especializada); Controle, Monitoramento e Avaliação das Ações e Serviços Assistenciais de Saúde; Contratualização e Lei de Licitações e Contratos ; Ética e Gerenciamento de Conflitos nos Processos de Auditoria; Ética dos Agentes Públicos e dos Auditores em Saúde.

Análise de Dados Educacionais

Objetivo: Capacitar os auditores para a elaboração de indicadores e a geração de conhecimentos a partir de bases de dados educacionais

Carga Horária: 24 horas

Formato: Presencial

Principais tópicos: Elaboração de indicadores educacionais: Conceitos, Etapas de elaboração, Propriedades, Fontes de dados. Introdução à análise de dados quantitativos e ao SPSS: Arquivos de dados, relatórios e sintaxes, Dados, casos, variáveis e informações: a importância da estrutura do banco de dados, Tipos de variáveis. Estatística Descritiva: Distribuição de frequência, Tabulações cruzadas, Medidas de posição, Medidas de variabilidade, Medidas de posição relativa, Associação entre variáveis quantitativas e categóricas, Medidas de associação entre duas variáveis quantitativas, Métodos gráficos. Operações com

as bases de dados: Imputação e tabulação de dados; Configuração de variáveis, Contagem e classificação de dados, Agrupamento em classes, Criação de novas variáveis, Seleção de parte das bases de dados, Divisão de bases de dados, Ponderação de dados, Consolidação de dados, Incorporação de novas informações.

Tópicos relevantes em Segurança Pública

Auditoria e fiscalização em Segurança Pública

Objetivo: Capacitar os auditores da área de fiscalização em segurança pública desenvolvendo as competências técnicas necessárias para o desenvolvimento de auditoria neste segmento.

Carga Horária: 16 horas

Formato: Presencial

Principais tópicos: A segurança pública no Brasil. Planejamento e gestão. Políticas públicas e avaliação na área de segurança pública. Estatística, indicadores e informação em segurança pública. Violência no Espírito Santo. Violência contra a mulher: prevenção, combate, atendimento à vítima, melhores práticas de enfrentamento, recuperação do agressor.

Controle e Políticas Públicas na área de Segurança Pública

Objetivo: Capacitar os auditores da área de fiscalização em segurança pública desenvolvendo as competências técnicas necessárias para à análise das ações e da formulação das políticas desenvolvidas neste segmento.

Carga Horária: 16 horas

Formato: Presencial

Principais tópicos: A segurança pública no Brasil. Planejamento e gestão. Políticas públicas e avaliação na área de segurança pública pelos estados, envolvendo ações relacionadas à prevenção de crimes, probabilidades, gestão de ocorrências e ressocialização. Estatística, indicadores e informação em segurança pública. Violência no Espírito Santo. Violência contra a mulher: prevenção, combate, atendimento à vítima, melhores práticas de enfrentamento, recuperação do agressor.

Indicadores Educacionais e avaliação das metas do Plano Nacional de Educação

Objetivo: Trazer ao conhecimento bem como servir de base para discussão dos servidores a **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**.

Carga Horária:

Formato: Presencial

Principais Tópicos: Normas, diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira dos próximos dez anos a partir da definição de 20 metas; atribuições legais do Inep no acompanhamento das metas do PNE a cada dois anos, conforme o Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007.

Responsabilização em Processos

Objetivo: Capacitar os auditores para, ao final do curso, serem capazes de compreender e aplicar, com correção e clareza, a teoria e a jurisprudência na identificação das responsabilidades dos agentes jurisdicionados aos Tribunais

de Contas em situações recorrentes, configurando a responsabilidade e analisando a cadeia de responsabilização.

Carga Horária: 16 horas

Formato: Presencial

Principais tópicos: Noção de responsabilidade e sua abordagem jurídica; Responsabilidade administrativa perante os tribunais de contas ; Aspectos essenciais da responsabilidade administrativa e aplicações nos tribunais de contas; Responsabilidade dos membros de comissão permanente de licitação; Responsabilidade do pregoeiro e da equipe de apoio; Responsabilidade de quem elabora o edital; Responsabilidade de quem homologa o certame licitatório e adjudica o objeto licitado; Responsabilidade do fiscal do contrato; Responsabilidade de pessoa jurídica contratada pela administração; Responsabilidade do parecerista jurídico; Matriz de responsabilidade – estudo de caso.

Auditoria Financeira

Objetivo: Habilitar os servidores do Tribunal de Contas do Espírito Santo a conhecerem os conceitos básicos da Auditoria Financeira, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISSAI) emitidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai) e normas de auditoria financeira emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O curso pretende também orientar o Tribunal a aplicar as normas internacionais de Auditoria Financeira na estruturação e planejamento dos trabalhos de auditoria, sobretudo nas Contas de Governo (metodologia de auditoria financeira de grupo, conforme a ISSAI 1600).

Carga Horária: 30 horas

Formato: Presencial

Principais tópicos: Introdução à auditoria financeira; Auditoria Financeira de Demonstrações Consolidadas; Elaboração dos Papéis de Trabalho de auditoria; Avaliação de risco; Plano de Auditoria; Papéis de trabalho para documentação dos procedimentos de execução de auditoria; Modelo de Relatório de Auditoria.

Curso Administração Eficiente de Contratos de TI, incluindo 50 Riscos que podem ser evitados

Objetivo: Capacitar os servidores da área nos principais aspectos que envolvem os contratos de TI

Carga Horária: 30 horas

Formato: Presencial

Principais tópicos: Administração eficiente de Contratos de TI, riscos que podem ser evitados; modelo de contratação de soluções de TI; a relação entre governança de TI e contratação de soluções de TI; o processo de trabalho de planejamento de contratação de soluções de TI, a IN 04/2010-SLTI; análise de riscos nas contratações de TI.

Análise de Dados (foco em Python)

Objetivo: apresentar os conceitos básicos e fundamentos da linguagem de programação Python. Através de uma experiência prática, com exemplos, quizzes, exercícios e projetos, será possível testar seus conhecimentos e aplicá-los em projeto de Data Science.

Carga Horária: 54 h

Formato: EAD

Principais tópicos: linguagem python, ambientes de desenvolvimento integrado; variáveis, tipos e estruturas de dados; Loops, condicionais, métodos e funções; manipulando banco de dados em python.

Preparação de auditores nos conhecimentos financeiros necessários para o funcionamento das instituições financeiras.

Objetivo: Capacitar os auditores, principalmente da SECEXPrevidência, nos principais conhecimentos que envolvem a regulação e o funcionamento das instituições financeiras.

Carga Horária: 24 horas

Formato: Presencial

Principais tópicos: Sistema Financeiro Nacional e Participantes do Mercado; Compliance legal, Ética e análise do perfil do investidor; Princípios básicos de Economia e Finanças; Instrumentos de Renda Variável, Fixa e Derivativos; Fundos de Investimentos; Previdência Complementar aberta; Mensuração e Gestão de Riscos, as Certificações financeiras CPA10 e CPA20.

Formação básica na área previdenciária

Objetivo: Capacitar os auditores da área de fiscalização em previdência no desenvolvendo nas competências técnicas necessárias para o desenvolvimento de auditoria nessa área específica.

Carga Horária: 100 horas

Formato: Presencial

Principais tópicos: Visão geral do RPPS (Introdução e modelagem de planos previdenciários; Aspectos legais da previdência do servidor; Gestão, estrutura e funcionamento dos RPPS; Práticas de concessão e perícia; Conceitos atuariais aplicados aos RPPS; Compensação previdenciária; Controles internos e demonstrativos contábeis; Planejamento e gestão estratégica nos RPPS; Resolução TC nº 323, de 25 de setembro de 2018

Contabilidade na Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social;

Objetivo:

Carga Horária: 30 horas

Formato: Presencial

Principais tópicos: NBC TSP Estrutura conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público; NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; NBC TSP 11 –Apresentação das Demonstrações Contábeis; NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa; NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados.

Sugestão: incluir no conteúdo do treinamento, as novas resoluções do CFC que tratam sobre as normas de contabilidade aplicada ao setor público, especialmente aquelas afetas aos RPPS.

Formação para fiscalização de folha de pagamento

Objetivo: Orientar e transmitir conhecimentos teóricos e práticos, conforme legislação e julgados atuais, abordando apenas itens da legislação de pessoal no serviço público comumente objetos de auditorias e fiscalizações pelos órgãos de controle.

Formato: Presencial

Carga Horária: 40 h

Principais Tópicos: A Constituição Federal e os aspectos ligados a remuneração de pessoal, contratação temporária, teto remuneratório, regime jurídico e demais aspectos constitucionais atualizados com os entendimentos emanados pelo Supremo Tribunal Federal; Noções de Direito Administrativo aplicado aos aspectos de pessoal; Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) aplicado aos entes públicos; Lei Complementar nº. 46/1994 e suas alterações; Estrutura remuneratória do Estado do Espírito Santo de forma geral; Estrutura remuneratória dos militares do Estado do Espírito Santo; Estrutura remuneratória dos magistrados do Estado do Espírito Santo; Estrutura remuneratória dos membros do Ministério Público Estadual do Espírito Santo; Estrutura remuneratória dos Procuradores do Estado do Espírito Santo; Estrutura remuneratória dos Defensores Públicos do Estado do Espírito Santo; Estrutura remuneratória do magistério estadual;

Auditoria da Folha de Pagamento no Serviço Público

Objetivo: Orientar e transmitir conhecimentos teóricos e práticos, conforme legislação e julgados atuais, abordando apenas itens da legislação de pessoal no serviço público comumente objetos de auditorias e fiscalizações pelos órgãos de controle.

Carga Horária: 16h

Formato: Presencial

Principais Tópicos: Aspectos estruturais e organizacionais; Documentos essenciais; Registros a serem auditados; Levantamentos; Nomeações, provimentos e estágio; Provimento de cargo efetivo; Provimento de cargo temporário; Provimento de cargo em comissão ou função de confiança; Estágios; Dados cadastrais e registros funcionais; Frequência; Férias; Licenças e concessões; Vantagens; Promoções; Declarações; Exonerações, demissões e vacâncias; Cargos efetivos; Cargos em comissão; Temporários; Remuneração, vantagens pecuniárias e encargos; Vencimentos e subsídio; Teto remuneratório; Acumulações; Gratificações, vantagens e adicionais; Abono de permanência; Encargos sociais e fiscais; Servidores aposentados e instituidores de pensão; Despesas de pessoal; Evolução do valor da folha de pagamento; Cumprimento de decisões judiciais ;Outras verificações

Auditoria Atuarial no âmbito dos TCE's

OBS: O curso deverá ser ministrado por meio de Auditores de Controle Externo do TCE-RS a convite desta Corte de Contas;

Manual de Redação no TCEES

Objetivo: Proporcionar a aquisição de informações capazes de levar os servidores aprender com erros e acertos, identificados com base na análise dos textos produzidos pelos participantes; Conhecer novas técnicas redacionais,

visando atender plenamente às necessidades informacionais do público-alvo, no que tange à clareza e praticidade das informações a serem prestadas; Eliminar problemas gramaticais, capazes de provocar “ruídos” no processo comunicativo e atuar negativamente sobre a qualidade da informação; Imprimir coesão, coerência, clareza, concisão e pertinência na estruturação dos conteúdos produzidos; Refinar os padrões de clareza, legibilidade e homogeneidade, de modo a permitir significativas melhorias na produção corporativa institucional;

Carga Horária: 20 horas

Formato: Presencial

Conteúdo programático (principais tópicos) :

Princípios norteadores da redação oficial; dicas para elaboração de textos ;Orientações redacionais ;Impessoalidade ; Como obter homogeneidade Formatação e diagramação de documentos; Leis, artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens; Regras gerais para o uso de ilustrações; Tabelas e quadros ; Gráficos, diagramas e caixas de texto; redação de atos oficiais.

1.2 AÇÕES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS PARA SERVIDORES (ÁREA ADMINISTRATIVA)

Gestão de materiais (Almoxarifado) e Gestão Patrimonial de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis

Objetivo: O curso tem por objetivo valorizar a área de material e patrimônio e aproximá-la da execução financeira, de maneira que os conhecimentos não fiquem estanques. É indispensável o correto tratamento físico e contábil dos bens, além de uma rotina para o controle do patrimônio, sua escrituração, sua depreciação e reavaliação e o cálculo de estoques

Público alvo: Servidores que exercem funções relacionadas, direta ou indiretamente, a Compras, Almoxarifado, Patrimônio, Material, Finanças, Orçamento e Controle Interno.

Carga Horária: 16h/a

Formato: Presencial

Principais tópicos: A estrutura da Administração Pública; as Classificações Orçamentárias (imprescindíveis para a gestão patrimonial); as características e classificações do Patrimônio e Material com enfoque orçamentário; as normas de gestão de material, Estoques e Desfazimento de Bens; as rotinas de auditoria de controle patrimonial; a depreciação e a reavaliação.

Repositórios Digitais Confiáveis para Documentos Arquivísticos

Objetivo: Capacitar gestores e servidores da área de arquivo, protocolo, informática e demais interessados sobre as diretrizes para Implementação de Repositórios Confiáveis para Documentos Arquivísticos.

Público Alvo: gestores e servidores da área de arquivo, protocolo, informática e demais interessados

Carga Horária: 12h

Formato: Presencial (nas dependências do TC)

Principais Tópicos: Documento convencional e natodigital; Características dos documentos digitais e a gestão arquivística de documentos digitais; Gestão arquivística de Documentos; Cadeia de Custódia; Especificações de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD); Metadados; Repositórios Digitais Confiáveis Arquivísticos-RDC-Arq.; Conversão de Documentos Analógicos em Digitais

Planilha de Custo e a Instrução Normativa nº 05/2017

Objetivo: capacitar os participantes a elaborar a planilha de custos e formação de preços para contratos de terceirização, conforme modelo da nova IN nº 05/17 do Ministério do Planejamento, mediante a aprendizagem da origem e fundamento normativo e jurisprudencial de cada despesa e metodologia de cálculo, abordando-se os aspectos polêmicos segundo as deliberações do TCU e dos Tribunais Superiores.

Público-alvo: Servidores envolvidos no planejamento da contratação e na gestão contratual bem como aqueles responsáveis pela elaboração do orçamento estimado da contratação.

Carga Horária: 12 horas

Formato: Presencial (curso externo)

Principais tópicos: Elaboração da Planilha – passo a passo; metodologia e memória de cálculo; análise de casos práticos, impacto da reforma trabalhista, jurisprudência do TCU e demais tribunais superiores.

Formação de Pregoeiro e equipe de apoio

Objetivo: capacitar os servidores para exercerem com competência e segurança as funções que cada um exerce dentro da unidade;

Público Alvo: servidores da SCT e demais servidores da área administrativa com atividades afins;

Carga Horária:

Formato: presencial (curso externo)

Mapeamento de Processos – Compreensão e Modelagem de Processos

Objetivo: ao final do treinamento, os servidores capacitados estarão aptos a: identificar, mapear, detalhar e modelar processos em conformidade com a metodologia BPM (Business Process Management), alinhado com as padronizações definidas pela ABPMP (Association of Business Process Management Professionals) e manusear o Bizagi Process Modeler a fim de modelar processos, estruturar fluxogramas padrões, detalhar atividades e processos e publicá-los através desse sistema.

Público Alvo: servidores que atuam na área

Carga Horária:

Formato: Presencial

Principais Tópicos: Conceitos necessários ao gerenciamento de processos; Metodologia BPM (Business Process Management) de mapeamento e detalhamento de processos; Funcionalidades do Bizagi Process Modeler; Cases práticos reais de processos do TCEES;

Planilha de Custos e Formação de Preços com Base na IN 05/2017

Objetivo: capacitar os participantes a elaborar a planilha de custos e formação de preços para contratos de terceirização, conforme modelo da nova IN 05/2017 do Ministério do Planejamento, abordando os aspectos polêmicos com a necessária menção às deliberações relevantes do TCU e tribunais superiores.

Público Alvo: servidores que trabalham na instrução dos processos de terceirização de mão de obra que necessitam aprofundar os conhecimentos no referido assunto.

Carga Horária: 24h/a

Formato: Presencial (curso externo)

Oratória

Objetivo: Objetiva-se que ao final do curso os participantes tenham conhecimento necessária para lidar com situações onde a competência de falar em público é necessária.

Público-alvo: servidores do TCEES.

Carga Horária: 16 horas cada módulo.

Formato: Presencial em dois módulos (básico e avançado)

1.3 AÇÕES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS PARA SERVIDORES, TERCEIRIZADOS E ESTAGIÁRIOS (PROPOSTAS PELA OUVIDORIA)

Workshop Lei 13.460/2017: Defesa e Proteção do Usuário dos Serviços Públicos.

Objetivo: disseminar no âmbito do Tribunal a nova sistemática e os procedimentos para o atendimento aos usuários expressos na Lei nº 13.460/2017, que devem ser seguidos pelas Ouvidorias Públicas, demais setores do Poder Público e servidores em geral. A nova lei registra os primeiros avanços normativos para a criação de um marco jurídico robusto de defesa dos direitos dos usuários.

Carga Horária: 3 horas

Formato: presencial

Principais Tópicos: direitos e deveres dos usuários de serviços públicos; o papel das ouvidorias públicas na promoção dos direitos dos usuários e na melhoria dos serviços públicos; o processo de simplificação dos serviços públicos oferecido aos usuários; a importância da avaliação do usuário para a melhoria dos serviços públicos; os conceitos, princípios e diretrizes relativos à prestação dos serviços públicos; os procedimentos de recebimento, análise e resposta às manifestações dos usuários de serviços públicos; como elaborar a Carta de Serviços ao Usuário; Lei 12.527/2011 – Acesso à Informação; e a importância do Controle Social.

Atendimento 2.0 – A Arte de Encantar o Cidadão

Objetivo: capacitar os servidores e estagiários para aplicação de uma visão sistêmica do atendimento de acordo com a Lei 13.460/2017, privilegiando a eficiência, eficácia e efetividade, com o objetivo de desenvolver no participante as competências essenciais para atendimento ao cidadão, de acordo com princípios éticos e legais, ressaltando direitos do cidadão e deveres do servidor público, além de enfatizar o papel do servidor na construção, preservação e renovação da imagem do serviço público.

Carga Horária: 24 horas

Formato: presencial

Principais Tópicos: motivação para servir; perfil de atendimento; atendimento presencial versus virtual; cidadão tem sempre razão; cidadão em 1º ou 2º lugar; estudo de casos; cidadão encantado; gerenciando reclamações; atendimento via telefone; os 9 princípios de atendimento; atendimento online.

1.4 PROJETOS ESPECIAIS

1.4.1 Parcerias com Programas de Pós-Graduação Strito sensu

Pós-Graduação em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)

Objetivo: permitir a participação de servidores em programas abertos

Público Alvo: servidores lotados nesta Secex, preferencialmente, e de quem mais se interessar pelo tema[1];

Pós-Graduação em Auditoria Financeira

Objetivo: permitir a participação de servidores em programas abertos

Público Alvo: servidores lotados nesta Secex, preferencialmente, e de quem mais se interessar pelo tema;

1.4.2 Parcerias com Programas de Pós-Graduação Strito sensu

Curso: Mestrado Profissional em Gestão Pública

Área de concentração: Administração Pública

Informações gerais: O Mestrado é promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGGP) do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Linhas de pesquisa: 1) Aspectos Legais no Setor Público; 2) Economia e Finanças Públicas; 3) Gestão de Operações no Setor Público.

Curso: Mestrado em Ciências Contábeis

Área de concentração: Contabilidade e Controladoria

Informações gerais: O Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis é promovido pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com a finalidade de formar pessoal qualificado, técnica e cientificamente, para o exercício de atividades profissionais, de ensino e de pesquisa na área de Ciências Contábeis.

Linhas de pesquisa: Contabilidade e Finanças

Curso: Doutorado profissional em Contabilidade

Área de concentração: Administração e Contabilidade

Informações gerais: O Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração é promovido pela FUCAPE

Linhas de pesquisa: Estratégia e Governança

Curso: Mestrado e Doutorado em Direito

Área de concentração: Direitos e Garantias Fundamentais

Informações gerais: O Mestrado Profissional em Gestão Pública é promovido pelo Faculdade de Direito de Vitória (FDV).

Linhas de pesquisa: Jurisdição constitucional e concretização dos Direitos e Garantias Fundamentais

Curso: Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local

Área de concentração: Políticas Públicas e Determinantes Sociais.

Informações gerais: O Mestrado é promovido pelo EMESCAM.

Linhas de pesquisa: Políticas Públicas e Cidadania e Política de Saúde e Práticas Sociais

1.4.3 Oficina do Conhecimento

Objetivo: Debater temas relevantes e polêmicos no âmbito dos Tribunais de Contas, apresentando as boas práticas da atividade de fiscalização e orientação, bem como outras questões relacionadas ao controle externo da Administração Pública.

Público-alvo: Servidores e Membros do TCEES e, eventualmente, público externo.

Carga Horária: até 30 horas (cada evento)

Formato: Presencial

Principais tópicos:

1. Contratualização da saúde;
2. Questões polêmicas e jurisprudência relacionada a editais de concurso público;
3. Concessão de benefícios e aposentadorias;
4. LINDB: reflexos nos Tribunais de Contas;
5. No Lei das Licitações;
6. Outros temas considerados relevantes pela Administração.

1.4.4 Programa de Desenvolvimento de Lideranças

Objetivo: Aprimorar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes alinhados aos valores da liderança preparando líderes para uma atuação inovadora frente às mudanças organizacionais e busca de soluções para o TCE ES.

Público-alvo: 30 Gerentes do TCEES

Formato: Presencial

Principais conteúdos:

Os treinamentos abordarão as competências técnicas e comportamentais. No que diz respeito as competências técnicas trata-se de aperfeiçoar o gestor para o uso de ferramentas de Gestão de Projetos, Planejamento Estratégico, Inovação com Design Thinking (HubTCE), Gestão de Riscos no Setor Público e Gestão de Processos. Quanto as competências comportamentais serão abordados temas como Liderança e Gestão de Pessoas, Gestão de Conflitos, Negociação e Gestão de Feedback. Outros temas considerados relevantes pela Administração

OBS: Conforme determina a Portaria Normativa 00064/2018-4, este programa será conduzido pelo setor de Governança (DAS) com acompanhamento da SGP e ECP.

1.5 AÇÕES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS PARA ESTAGIÁRIOS

Comportamento no Ambiente de Trabalho

Objetivo: Objetiva-se que ao final do curso os participantes tenham conhecimento das principais responsabilidades e posturas que deles se espera no exercício de suas funções, balizando seu comportamento por princípios morais e de boa convivência no trabalho; comunicação e atendimento nos padrões desejados.

Público-alvo: Estagiários do TCEES.

Carga Horária: 03 horas

Formato: Presencial

Principais tópicos: Postura e comunicação em ambiente de trabalho; Polidez, respeito, assertividade, harmonia e cooperação; Ambiente formal x ambiente informal; Exemplos de atitudes cooperativas e construtivas no trabalho e Aplicações no atendimento ao público interno e externo.

Conhecendo o Tribunal

Objetivo: Objetiva-se que ao final do curso os participantes tenham conhecimento da missão do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, sua composição, competências e funcionamento, bem como noções gerais do controle externo, inclusive do controle social da Administração Pública.

Público-alvo: Estagiários do TCEES.

Carga Horária: 03 horas

Formato: Presencial

Principais tópicos: Missão do Tribunal de Contas; Estrutura Organizacional e Composição do TCEES; Fiscalização dos Recursos Públicos; Competências e funcionamento; Controle Social e Transparência Pública; Ministério Público de Contas; Lei da Ficha Limpa e Controle social.

Procedimentos Administrativos

Objetivo: Objetiva-se que ao final do curso os participantes tenham conhecimento dos principais procedimentos administrativos ligados à sua experiência de estágio no TCEES, e da postura de trabalho que se espera deles.

Público-alvo: Estagiários do TCEES.

Carga Horária: 04 horas

Formato: Presencial

Principais tópicos: Principais procedimentos administrativos internos; principais siglas e jargões usuais na organização (siglas referentes a setores e procedimentos) e Trâmites internos de movimentação de processos e de materiais

2. PÚBLICO EXTERNO

2.1 PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO TÉCNICA PARA JURISDICIONADOS

Objetivo: Ampliar a competência dos profissionais que atuam nos jurisdicionados, gestores públicos e cidadãos quanto ao controle social.

Público-alvo: Servidores estaduais e municipais que subsidiam e atuam na elaboração da prestação de contas anual.

Formato: Presencial com execução na sede do Tribunal em polos regionais.

Principais Cursos: Geo-Obras; Curso de Controle Interno; Acessibilidade; Tópicos específicos para atender à ASCAMES/AMUNES; Controle Social do Orçamento e do Gasto Público; Sistema CidadES; Prestação de Contas; Treinamento Piloto do Projeto “Apoio ao planejamento estratégico dos jurisdicionados”; Gestão de Riscos no Setor Público.

OBS: Outros temas poderão ser contemplados a critério da administração.

Seminário de Controle Interno (em parceria com o MPEES)

Objetivo: Apresentação do Projeto “Ética, Controle e Transparência” abordando também a situação da transparência dos municípios capixabas e seus sistemas de controle interno.

Público-alvo: Gestores da Administração Direta e Indireta Municipal, responsáveis pelos sistemas de controle interno

Carga Horária: 04 horas por cada polo (4 polos)

Prováveis polos: Nova Venécia, Linhares, Piuma e Alegre.

2.2 CURSOS ESPECÍFICOS PROPOSTOS PELA OUVIDORIA

Controle Social, Conselho de Usuários e a Lei 13.460/2017

Parceria: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União / Controladoria Regional da União no Espírito Santo

Objetivo: Ampliar a competência dos servidores, gestores públicos e cidadãos quanto ao controle social, disseminando a nova sistemática e os procedimentos para o atendimento aos usuários expressos na Lei nº 13.460/2017, que devem ser seguidos pelas Ouvidorias Públicas, demais setores do Poder Público e servidores em geral. A nova lei registra os primeiros avanços normativos para a criação de um marco jurídico robusto de defesa dos direitos dos usuários.

Carga Horária: 16 horas

Principais Tópicos: direitos e deveres dos usuários de serviços públicos; o papel das ouvidorias públicas na promoção dos direitos dos usuários e na melhoria dos serviços públicos; o processo de simplificação dos serviços públicos oferecido aos usuários; a importância da avaliação do usuário para a melhoria dos serviços públicos; os conceitos, princípios e diretrizes relativos à prestação dos serviços públicos; os procedimentos de recebimento, análise e resposta às manifestações dos usuários de serviços públicos; como elaborar a Carta de Serviços ao Usuário. A Lei 12.527/2011 – Acesso à Informação, a importância do Controle Social; Sistemas e-OUV e e-SIC.

Atendimento 2.0 – A Arte de Encantar o Cidadão

Objetivo: capacitar os servidores para aplicação de uma visão sistêmica do atendimento de acordo com a Lei 13.460/2017, privilegiando a eficiência, eficácia e efetividade, com o objetivo de desenvolver no participante as competências essenciais para atendimento ao cidadão, de acordo com princípios éticos e legais, ressaltando direitos do cidadão e deveres do servidor público, além de enfatizar o papel do servidor na construção, preservação e renovação da imagem do serviço público.

Carga Horária: 24 horas

Principais Tópicos: motivação para servir; perfil de atendimento; atendimento presencial versus virtual; cidadão tem sempre razão; cidadão em 1º ou 2º lugar; estudo de casos; cidadão encantado; gerenciando reclamações; atendimento via telefone; os 9 princípios de atendimento; atendimento online.

Gestão em Ouvidoria e Tratamento de Manifestações do Cidadão

Objetivo: capacitar servidores de ouvidorias públicas sobre fundamentos e atividades relacionadas à Ouvidoria Pública estimulando a construção de competências relativas ao recebimento e tratamento das manifestações, contribuindo para a qualificação dos agentes públicos visando o aprimoramento da Administração Pública.

Carga Horária: 16 horas

Formato: presencial (no TCEES)

Principais Tópicos: fundamentos e atuação da Ouvidoria Pública; conceito e histórico das Ouvidorias Públicas no Brasil; público-alvo e funções do Ouvidor; requisitos para o bom funcionamento da Ouvidoria; atendimento ao cidadão nas Ouvidorias Públicas; utilização de ferramentas gerenciais e tecnológicas no planejamento: o e-OUV; plano de trabalho e fluxo de Atendimento; relatórios gerenciais.

Controle Social, Conselho de Usuários e a Lei 13.460/2017

Objetivo: Ampliar a competência dos servidores, gestores públicos, conselheiros de políticas públicas e cidadãos quanto ao controle social, disseminando a nova sistemática e os procedimentos para o atendimento aos usuários expressos na Lei nº 13.460/2017, que devem ser seguidos pelas Ouvidorias Públicas, demais setores do Poder Público e servidores em geral.

Carga Horária: 16 horas

Formato: presencial (no TCEES)

Principais Tópicos: direitos e deveres dos usuários de serviços públicos; o papel das ouvidorias públicas na promoção dos direitos dos usuários e na melhoria dos serviços públicos; o processo de simplificação dos serviços públicos oferecido aos usuários; a importância da avaliação do usuário para a melhoria dos serviços públicos; os conceitos, princípios e diretrizes relativos à prestação dos serviços públicos; os procedimentos de recebimento, análise e resposta às manifestações dos usuários de serviços públicos; como elaborar a Carta de Serviços ao Usuário; Lei 12.527/2011 – Acesso à Informação, e a importância do Controle Social.

Programa TCE na escola (Cidadão do Futuro)

Objetivo: voltado aos jovens estudantes em todos os níveis de ensino da rede pública e privada estadual e municipal, com vistas a fomentar o controle social dos gastos públicos, tendo como finalidade informar à juventude, os princípios e a importância da cidadania. O programa também destaca a participação da Ouvidoria do Tribunal como canal de estímulo à participação da comunidade estudantil, no sentido de comunicar, solicitar providências que possam otimizar demandas, apresentar sugestões que possibilitem a melhoria dos serviços públicos prestados à população.

Público-alvo: Estudantes em todos os níveis de ensino da rede pública e privada estadual e municipal

Carga Horária: 1 hora aula (50 min)

Formato: presencial (**nas escolas**)

Principais Tópicos: quem administra o dinheiro público; composição do orçamento público; funções do Tribunal de Contas; obrigatoriedade da prestação de contas; o papel das ouvidorias e do ministério público de contas; qual o meu papel como cidadão; tipos de controle; papel da Ouvidoria, o que é controle social.

Programa Conhecendo o TCEES para Universitários (Em parceria com a ECP)

Objetivo: Apresentar à comunidade universitária a missão do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, sua composição, competências e funcionamento, bem como noções gerais do controle externo, inclusive do controle social da Administração Pública

Público-alvo: Estudantes universitários

Carga Horária: 04 horas

Formato: Presencial

Principais tópicos: Natureza Jurídica e Competências dos Tribunais de Contas; Estrutura Organizacional e Composição do TCEES; Fiscalização dos Recursos Públicos, Ouvidoria, Controle Social e Transparência Pública.

Programa TCE Cidadão (Formando Cidadãos)

Parceria: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União / Controladoria Regional da União no Espírito Santo

Objetivo: Possibilitar à sociedade civil condições de participação nos processos de fiscalização e controle social das contas públicas.

Público-alvo: Conselhos de políticas públicas e Sociedade Civil.

Carga Horária: 08 horas

Formato: Presencial com execução na sede do Tribunal e **em polos regionais**.

Principais tópicos: composição do orçamento público; funções do Tribunal de Contas; competências e funcionamento; obrigatoriedade da prestação de contas; fiscalização dos recursos públicos; Ministério Público de Contas; tipos de controle; controle social e transparência pública; o papel das ouvidorias públicas na promoção dos direitos dos usuários e na melhoria dos serviços públicos; o papel do cidadão; Lei de Acesso a Informação, Lei 13.460/2017 - Código de Defesa do usuário dos Serviços Públicos.

3. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

3.1 CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS A DISTÂNCIA

3.1.1 - Ética e Serviço Público

Objetivo: disseminar conhecimentos aos participantes sobre os fundamentos da Ética e sobre os desafios do serviço público. A proposta central do curso é capacitar servidores públicos para que tenham conduta ética ao oferecerem e utilizarem serviços públicos.

Carga Horária: 20 horas

Formato: Ensino a Distância

Principais Tópicos: os sentidos atribuídos à ética; relativismo ético; ética e filosofia; ética, política e direito; ética da Vida Pública; democracia e cidadania no Brasil; serviço Público e desafios do Estado contemporâneo; responsabilidade pública; regras de conduta no Serviço Público; profissionalismo, decoro e civilidade.

3.1.2 - Lei 12.527/11 - Acesso à Informação

Objetivo: Capacitar os agentes públicos para atendimento das obrigações e diretrizes trazidas na Lei n.º 12.527/11. Nesse sentido, serão empregadas linguagens e metodologias de fácil compreensão e apresentação de soluções tecnológicas desenvolvidas para auxiliar na efetiva implementação da Lei de Acesso à Informação Pública, além da demonstração do cronograma de providências, obrigações e orientações aos agentes públicos para execução da norma legal.

Carga Horária: 24 horas

Formato: Ensino a Distância

Principais Tópicos: o que é a lei 12.527/2011; quem está subordinado; diretrizes da Lei; categorias de informação; direito de obter informações; transparência ativa; criação do SIC; o pedido de acesso; prazos para entrega e custos envolvidos; recursos e instâncias recursais; classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo; proteção e do Controle de Informações Sigilosas; procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desclassificação; das Informações Pessoais; condutas ilícitas do agente público ou militar; sanções legais; comissão mista de reavaliação de informações; autoridade e órgão de controle.

3.1.3 – Controle Social para Conselhos Municipais e Sociedade

Objetivo: Instruir os membros de conselhos acerca da importância do controle social para uma Administração Pública proba e eficiente, explanando acerca de seus principais mecanismos de efetivação, e demonstrando sua importância para o controle exercido pelos tribunais de contas.

Carga horária: 20 horas.

Público Alvo: Conselhos, sociedade civil e comunidade de modo geral.

3.1.4 – Descrição de Imagens para Deficientes Visuais #PraCegoVer

Objetivo: Instruir acerca da importância da correta utilização dos mecanismos para a inclusão social em especial as utilizadas para os deficientes visuais.

Carga horária: 08 horas.

Público Alvo: Sociedade civil e comunidade de modo geral.

OBS: Outros cursos a distância abordando outros temas poderão ser implementados a critério da Administração.

3.2 OFERTAS DE CURSOS A DISTÂNCIA

3.2.1 CURSOS NA VERSÃO COM TUTORIA

Improbidade Administrativa

Modalidade: com tutoria

Carga horária: 30h

Objetivo: este curso tem como objetivo que, ao final da ação educacional, o aluno possa: Compreender e analisar o cenário de construção da Improbidade Administrativa; identificar e examinar os processos de Improbidade Administrativa; estudar as sanções inerentes à improbidade; identificar as fases dos Processos Administrativos e Judiciais; garantir maior celeridade aos processos de Improbidade.

Como funciona o Poder Legislativo Municipal para vereadores, assessores e sociedade em geral (Parceria com o IRB)

Modalidade: com tutoria

Carga horária: 20h

Sobre o curso: com uma linguagem de fácil compreensão e ponderando os conceitos mais comuns empregados na função de vereador, o presente curso traz um panorama geral do ambiente legislativo e institucional e suas relações com outros poderes, especialmente com o Tribunal de Contas. Pretende-se capacitar, orientar e desenvolver maiores habilidades no desempenho de suas funções nas Câmaras.

MROSC: Nova Lei de Fomento e de Colaboração – Lei 13.019/2014 (Parceria com o IRB)

Modalidade: com tutoria

Carga horária: 20h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil e suas relações de parceria com o Estado; apresentar um panorama geral sobre a Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, que trouxe mudanças no regime jurídico de parcerias a ser firmada com o poder público, de modo a promover melhor sua aplicabilidade, transparências na aplicação dos recursos públicos e efetividade. Pretende-se capacitar, orientar e desenvolver habilidades aos operadores da nova Lei de Fomento e de Colaboração – Lei 13.019/2014, que entrará em vigor no dia 23 de janeiro de 2016, para a União e os Estados, e em 1º de janeiro de 2017 para os Municípios.

Contratação Direta – Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Modalidade: versão com tutoria

Carga horária: 20h

Objetivo: Capacitar os profissionais que realizam contratações públicas, no que tange à correta aplicação da Lei 8.666/93, no que se refere às dispensas e inexigibilidades de licitação.

Conteúdo Programático:

A Lei 8.666/93 e o dever de licitar. Aspectos gerais das licitações públicas e dos contratos administrativos. Contratação direta, licitação dispensada, dispensável e inexigível, diferenças, cautelas e procedimentos obrigatórios. Análise da legislação pertinente.

Controle Social e os Tribunais de Contas

Modalidade: versão com tutoria

Carga horária: 20h

Público Alvo: Sociedade civil e comunidade de modo geral, como estudantes, professores, membros de associações, sindicatos, bem como cidadãos conscientes da necessidade de conhecer os mecanismos para contribuir com um efetivo controle acerca da boa e corretagem dos recursos públicos.

Objetivo: Instruir a sociedade acerca da importância do controle social para uma Administração Pública proba e eficiente, explanando acerca de seus principais mecanismos de efetivação, e demonstrando sua importância para o controle exercido pelos tribunais de contas.

Conteúdo Programático:

Aspectos introdutórios dos sistemas e mecanismos do controle da Administração Pública. O controle externo e o papel dos tribunais de contas, denúncias e representações. A importância da sociedade civil no sistema de controle. Controle social, transparência e acesso à informação. Os deveres dos gestores públicos, o dever de prestar contas. Introdução à atividade financeira do Estado, receitas e despesas públicas, responsabilidade fiscal, licitações, contratos administrativos, convênios e terceiro setor. Módulo I – Aspectos gerais do Controle Social. Controle da Administração Pública. Dever de prestar contas. Normas de controle. Controle Interno. Controle Externo. Módulo II – Lei de Acesso à Informação. Aspectos gerais, abrangência, diretrizes, transparência ativa, transparência passiva. Conselhos, aspectos gerais, fundamentos, importância.

Licitações e Contratos Administrativos na Lei das Estatais

Carga horária: 28h

Objetivo: Instruir a sociedade acerca dos aspectos mais relevantes da Lei 13.303/2016.

Conteúdo Programático: Noções sobre o regime societário da empresa públicas e da sociedade de economia mista; contexto de edição da lei; estrutura da Lei 13.303/2016; função social da empresa pública e sociedade de economia mista; inovações da lei 13.303/2016; novas normas de licitações e contratos aplicáveis a empresa pública e sociedade de economia mista; da fiscalização pelo Estado e pela sociedade, responsabilidade dos fornecedores e do agente contratante.

3.2.1 CURSOS NA VERSÃO AUTOINSTRUCIONAL (SEM TUTORIA)

Administração de Conflitos

Modalidade: autoinstrucional

Carga horária: 40h

Objetivo: O curso tem por objetivo apresentar o processo de conflitos em ambientes de trabalho. Serão abordados desde as relações pessoais até a gestão de conflitos.. O curso está dividido em 04 módulos: Módulo I – As Relações interpessoais Módulo II – Da história e processos de conflitos. Módulo III – Da administração de conflitos Módulo IV – Da gestão de conflitos

Administração do Tempo

Modalidade: autoinstrucional

Carga horária: 40h

Objetivo: O curso visa desenvolver a habilidade de administrar o tempo de forma eficaz, com intuito de obter maior produtividade, organização e desempenho nas ações e atividades pessoais e profissionais. O curso está dividido em 04 módulos: Módulo 1 – Como administrar melhor o seu tempo no trabalho Livro; Módulo 2 – Dicas para administrar bem o seu tempo disponível Livro; Módulo 3

– Como superar o adiamento de tarefas e atividades?; Módulo 4 – Ganhos na administração do tempo para você e sua.

Contratação Direta – Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Modalidade: autoinstrucional

Carga horária: 20h

Objetivo: Capacitar os profissionais que realizam contratações públicas, no que tange à correta aplicação da Lei 8.666/93, no que se refere às dispensas e inexigibilidades de licitação.

Conteúdo Programático:

A Lei 8.666/93 e o dever de licitar. Aspectos gerais das licitações públicas e dos contratos

administrativos. Contratação direta, licitação dispensada, dispensável e inexigível, diferenças, cautelas e procedimentos obrigatórios. Análise da legislação pertinente.

Controle Social e os Tribunais de Contas

Modalidade: autoinstrucional

Carga horária: 20h

Público Alvo: Sociedade civil e comunidade de modo geral, como estudantes, professores, membros de associações, sindicatos, bem como cidadãos conscientes da necessidade de conhecer os mecanismos para contribuir com um efetivo controle acerca da boa e correta gestão dos recursos públicos.

Objetivo: Instruir a sociedade acerca da importância do controle social para uma Administração Pública proba e eficiente, explanando acerca de seus principais mecanismos de efetivação, e demonstrando sua importância para o controle exercido pelos tribunais de contas.

Conteúdo Programático:

Aspectos introdutórios dos sistemas e mecanismos do controle da Administração Pública. O controle externo e o papel dos tribunais de contas, denúncias e representações. A importância da sociedade civil no sistema de controle. Controle social, transparência e acesso à informação. Os deveres dos gestores públicos, o dever de prestar contas. Introdução à atividade financeira do Estado, receitas e despesas públicas, responsabilidade fiscal, licitações, contratos administrativos, convênios e terceiro setor. Módulo I – Aspectos gerais do Controle Social. Controle da Administração Pública. Dever de prestar contas. Normas de controle. Controle Interno. Controle Externo. Módulo II – Lei de Acesso à Informação. Aspectos gerais, abrangência, diretrizes, transparência ativa, transparência passiva. Conselhos, aspectos gerais, fundamentos, importância.

Recomendações Básicas para Contratação e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia

Modalidade: autoinstrucional

Carga horária: 20h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo Apresentar recomendações básicas para contratação e fiscalização de obras públicas e serviços de engenharia, com base na legislação vigente, boas práticas de engenharia e

jurisprudência do TCEES e TCU.

Contratação de Obras e Serviços de Engenharia

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo apresentar conceitos e informações relativas a licitações e contratação de obras, à Política Nacional de Saneamento, além de metodologias para gestão e controle de contratos.

Licitações e Contratos

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo suscitar nos participantes uma noção teórica e prática da Lei nº 8.666/93 e abordar todo o processo de contratação de serviços na administração pública.

- Módulo I - No primeiro módulo abordaremos dentro de cada unidade os conceitos e princípios das licitações, tipos de licitação e as modalidades.
- Módulo II - Neste módulo estudaremos os contratos administrativos, abordaremos as suas características, duração, garantias dentre outros pontos importantes sobre o conteúdo.

Lei de Responsabilidade Fiscal

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo proporcionar aos participantes uma visão teórica e prática da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, em que se possa: analisar os conceitos estabelecidos no referido diploma legal, relativos à responsabilidade na gestão fiscal federal, estadual e municipal, e desenvolver avaliação crítica a respeito dos conceitos estudados na lei, bem como de sua aplicabilidade em situações práticas vivenciadas diariamente pelos gestores públicos.

- Módulo I- Neste módulo abordaremos os aspectos legais da LRF e as suas principais alterações.
- Módulo II - Estudaremos neste módulo os aspectos operacionais da LRF.

Programação e Gestão Orçamentária e Financeira no Setor Público

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso oferece uma visão teórica e prática acerca da elaboração, programação e execução orçamentária e financeira no setor público.

- Módulo I - Neste módulo abordaremos conceitos e princípios do Orçamento Público.
- Módulo II - Neste módulo estudaremos: receitas e despesas públicas, execução orçamentária e financeira, alterações orçamentárias.

Gestão de Projetos no Setor Público

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo proporcionar aos participantes uma visão teórica e prática sobre gestão e elaboração de projetos a partir do conhecimento de conceitos básicos e das etapas que envolvem um projeto.

Convênios e Consórcios Públicos (em revisão)

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo apresentar aos participantes as bases teóricas e conceituais relacionadas ao tema Convênios e Consórcios Públicos.

Introdução ao Direito Constitucional

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 20h

Sobre o curso: O curso tem como conteúdo: noções introdutórias; conceito de constituição; o constitucionalismo; classificação das constituições; hermenêutica constitucional; aplicabilidade das normas constitucionais.

Gestão de Processos

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 20h

Sobre o curso: Este curso objetiva que, ao final, o participante seja capaz de compreender os benefícios da metodologia de gestão de processos aplicada à organização e sua influência na tomada de decisão e de conhecer técnicas para identificar, mapear, redesenhar, melhorar e gerir processos de trabalho, que contribuem para o desenvolvimento de uma cultura voltada para a melhoria contínua.

Conteúdo: I - Introdução e conceitos básicos; II - Como gerir e melhorar processos; III - Definir e planejar indicadores estratégicos; IV - Ferramentas para gestão de processos.

Noções Básicas sobre Planejamento Estratégico

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 20h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo auxiliar os participantes a assimilar os conceitos e compreender a filosofia da metodologia do Planejamento Estratégico, bem como a sua aplicabilidade institucional.

Administração Pública - Capacitação Gerencial

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 20h

Tutor (a): sem tutoria (auto instrucional)

Sobre o curso: O curso tem como conteúdo: evolução histórica da gestão pública; o processo de modernização da gestão pública; governabilidade, governança e accountability; ética e moral na gestão pública; competência do gestor; atitudes proativas no ato de gerir.

Conhecimentos Básicos para uma boa Gestão

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 15h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo apresentar noções básicas de gestão, a fim de auxiliar gestores e futuros gestores em suas atividades profissionais. O curso está dividido em 06 módulos: Módulo I - Conceito de

Administração X Gestão; Módulo II - Funções do Administrador; Módulo III - Competências do Administrador; Módulo IV - Habilidades do Administrador; Módulo V - Atividades do Administrador; Módulo VI - Papéis do Administrador.

Atendimento ao Público

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 20h

Sobre o curso: Neste curso será feita uma reflexão acerca da Instituição e de seus servidores: quem são seus clientes/usuários, quais as necessidades desses clientes e o papel do servidor no atendimento dessas necessidades. O curso está dividido em 03 módulos: 1- Desenvolvendo relacionamentos interpessoais no trabalho; 2- Ética e serviço público; 3- O atendimento ao público com qualidade: o cidadão em primeiro lugar.

Introdução a Temas Socioambientais

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 15h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo suscitar reflexões acerca de tópicos socioambientais.

Aperfeiçoamento em Fiscalização do FUNDEB

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 15h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo oferecer uma revisão ou atualização sobre legislação do FUNDEB, fiscalização, e eventualmente cita pareceres consulta do TCE-ES.

Reforma Ortográfica

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 06h

Tutor (a): sem tutoria (auto instrucional)

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo atualização sobre alterações decorrentes da reforma ortográfica.

Concordância Verbal e Nominal e Crase

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 20h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo oferecer uma revisão ou atualização sobre concordância nominal, concordância verbal e emprego de crase.

Atualização em Gramática da Língua Portuguesa

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 30h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo oferecer uma revisão ou atualização sobre elementos básicos da gramática da Língua Portuguesa.

Introdução à EAD

Modalidade: auto instrucional

Sobre o curso: Este curso não fornece certificado de conclusão/participação.

Conhecimentos básicos de recursos de informática para a aprendizagem a distância

Modalidade: auto instrucional

Sobre o curso: Este curso não fornece certificado de conclusão/participação.

Orientações para Encerramento de Mandato para Gestores Municipais

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 20h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo proporcionar aos participantes uma visão dos elementos necessários à boa gestão pública quando do encerramento do mandato eletivo, bem como informar as vedações contidas nas normas voltadas para a responsabilidade fiscal e, ainda, os prazos contidos na legislação eleitoral, com vistas a subsidiar o término do mandato com transparência, legalidade e moralidade pública.

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo capacitar profissionais da contabilidade nos novos regramentos aplicáveis à contabilidade governamental em especial no Plano de Contas aplicado ao Setor Público.

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo capacitar profissionais da contabilidade aos novos regramentos aplicáveis a contabilidade governamental em especial na elaboração e análise das demonstrações contábeis aplicadas ao Setor Público.

Encerramento de Contas no PCASP

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 24h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo capacitar profissionais da contabilidade aos novos regramentos aplicáveis a contabilidade governamental, em especial nos procedimentos de encerramento de contas contábeis do PCASP previstos na Instrução de Procedimentos nº. 03 da Secretaria do Tesouro Nacional (IPC 03).

Licitações Diferenciadas - Benefícios concedidos a ME e EPP

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 30h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo capacitar os profissionais que realizam licitações públicas, na utilização da legislação que estampa tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.

Regularidade Fiscal e Contábil na Contratação dos Consórcios Públicos

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo capacitar os técnicos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, gerando conhecimentos e aperfeiçoamento necessários para análise, elaboração, controle contábil e a gestão dos Consórcios Públicos no âmbito da Administração Pública Estadual e Municipal, por meio de discussão e disseminação dos aspectos mais relevantes, em

especial aos temas abordados no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF da Secretaria do Tesouro Nacional, propiciando maior capacitação dos contadores públicos, auditores de tribunais de contas e gestores públicos envolvidos com as atividades próprias do ciclo de gestão de recursos públicos.

Gestão Orçamentária e Financeira

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo proporcionar aos participantes uma visão integrada das peças orçamentárias, a partir do conhecimento das etapas de planejamento e elaboração da proposta orçamentária, bem como da Administração Financeira, através da programação financeira e dos aspectos mais relevantes da receita e da despesa públicas.

Contratos Administrativos

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 30h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo atualizar os servidores que lidam com Contratos Administrativos a respeito da mais recente Jurisprudência dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas.

Sistema de Registro de Preços com base no Dec. Estadual 1790/07 e doutrina especializada

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 20h

Sobre o curso: O principal objetivo desse curso de registro de preços é preparar o aluno, com base na legislação e nas boas práticas de gestão de compras no serviço público, a aprender e compreender o que é e como funciona o Sistema de Registro de Preços instituído pelo artigo 15 da lei 8666/93, regulamentado no âmbito do governo estadual através decreto estadual 1790/2007.

O curso tem como foco principal a melhoria da gestão de compras governamentais, apresentando de forma prática todos os procedimentos e técnicas do Sistema de Registro de Preços, em conformidade com o previsto na Lei nº 8.666/93 e em normativos do Estado do Espírito Santo.

Noções de Processo Civil Aplicadas ao TCE-ES

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 20h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo transmitir ideias centrais do Direito Processual Civil, correlacionando-as, quando pertinentes, aos processos administrativos no âmbito do Tribunal de Contas do Espírito Santo, a fim de auxiliar a instrução processual.

Compras Governamentais de Micro e Pequenas Empresas

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: indeterminada

Sobre o curso: O curso tem como objetivos: apresentar as mudanças da lei complementar 147/2014, na Lei 123/2006, na Lei 8.666/1993, na Lei 10.520/2002 e outras legislações correlatas;

Elencar as novas obrigações do comprador público e discutir as formas de cobrança para que seja alcançado o desenvolvimento nacional sustentável por

meio das políticas de compras governamentais; apresentar os novos atores que foram equiparados às MPE para fins de aplicação de benefícios: Agricultor Familiar e Produtor Rural Pessoa Física; compartilhar informações, esclarecer dúvidas e apresentar os posicionamentos e os temas polêmicos da implementação dos avanços da legislação.

Elaboração da Proposta Orçamentária dos RPPS

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 20h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo capacitar profissionais da contabilidade e do planejamento governamental na elaboração de proposta orçamentária dos regimes próprios de previdência contemplando as particularidades orçamentárias exigidas por meio da legislação aplicável aos RPPS.

Cidade mais acessível: Primeiros Passos

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 02h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo dar ferramentas aos participantes para a produção de ofícios objetivando a criação de uma comissão de acessibilidade no Órgão Público que trabalham.

Administração do Tempo

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo desenvolver a habilidade de administrar o tempo de forma eficaz, com intuito de obter maior produtividade, organização e desempenho nas ações e atividades pessoais e profissionais.

Administração de Conflitos

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo apresentar o processo de conflitos em ambientes de trabalho. Serão abordados desde as relações pessoais até a gestão de conflitos.

Contabilidade Básica

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo ensinar contabilidade básica para os alunos com interesses em economia, contabilidade e principalmente matemática financeira.

Finanças Públicas

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo conceituar as finanças públicas no Brasil e suas atuações na gestão das organizações públicas.

Economia no Setor Público

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo apresentar alguns conceitos dentro do setor público relacionado a finanças públicas e respectivos termos dentro da economia.

Excel

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo desenvolver competências e habilidades para o uso dos recursos básicos do Microsoft Excel para elaborar planilhas, gerar gráficos e usar fórmulas.

Conceitos Básicos de Estatística

Modalidade: auto instrucional

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo abordar desde a introdução à estatística, como também séries estatísticas, tabela de frequências, estatística gráfica, medidas de centralidade e de dispersão, assimetria, curtose e complementos e números índices.

Conselheiros Municipais de Educação

Controle na Gestão Municipal de Ensino

Objetivo: Capacitar os membros dos Conselhos

Carga Horária:

Formato: Presencial

Principais Tópicos: normatização, deliberação, assessoramento e fiscalização por parte dos Conselhos Municipais
compra